

COTIDIANO, TRABALHO E POBREZA EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO: CAMPINAS, 1850-1888 *

*Denise Aparecida S. de Moura***

RESUMO

O presente artigo procura apontar um novo caminho de interpretação ao estudo do desenvolvimento das relações de trabalho livre em Campinas, entre os anos de 1850-1888, tendo como ponto de partida a pessoa do trabalhador nacional livre e pobre. Com este estudo perseguimos possíveis atitudes e escolhas deste diversificado segmento no seu processo de lidar e experimentar as mudanças imprimidas pela transição nas relações de vida e trabalho.

A vasta historiografia da transição para o trabalho livre em São Paulo teceu, ao longo destes anos, competentes reflexões sobre este tema e estabeleceu um rico diálogo sobre as diversas questões que permearam o desenrolar deste tortuoso processo na província paulista da segunda metade do Dezenove.

Paula Beiguelman, Emilia Viotti da Costa, Chiara Vangelista, Ademir Gebara, Michael Hall, Verena Stolcke, Lúcio Kowarick e mais recentemente, Célia Maria Marinho Azevedo e Maria Lúcia Lamounier são um pequeno exemplo dos diversos tipos de análises sobre este período.¹ Boa parte destes estudos, porém, tratou de uma

* Este artigo é uma versão bastante modificada de uma comunicação apresentada no 22º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. Agradeço à FAPESP, que vem financiando esta pesquisa; à Profa. Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro, pela orientação exigente e cuidadosa e aos responsáveis pela direção de CERU pela oportunidade dada aos jovens pesquisadores de estarem discutindo seus trabalhos em encontros como este.

** Deptº de História-USP

1 AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. RJ, Paz e Terra, 1987; BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1968; COSTA, Emilia Viotti. Da senzala à colônia. SP, Difusão Européia do Livro, 1966; Gebara, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888. SP, Brasiliense, 1986; HALL, Michael M. The origins of mass immigration In Brazil: 1871-1914. Washington, Tese, doutoramento, Columbia University, 1969; KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. SP, Ed. Brasiliense, 1987; LAMOUNIER, Maria Lucia. Da escravidão ao trabalho livre (a lei de locação de serviços de 1789 - Campinas. SP: Papyrus, 1988; STOLCKE, Verena. Cafeicultores: homens, mulheres e capital, 1850-1980. SP, Brasiliense, 1986; VANGELISTA, Chiara. Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930. Trad. Thei de Almeida V. Bertorelli. SP, Hucitec, Instituto Italiano di Cultura, Institutom Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

forma bastante secundária a figura do **trabalhador nacional**, personagem da nossa história amplamente mencionada mas ainda pouco compreendida.

A própria definição “trabalhador nacional” para o transcorrer da segunda metade do século XIX é muito complexa e imprecisa, pois na sua fluidez ela tanto pode estar envolvendo o brasileiro pobre e livre, que nunca experimentou as marcas imprimidas pelo cativo, como também pode dizer respeito aos forros, libertos e filhos de imigrantes nascidos no país.² Entretanto, para os fins desta pesquisa e conforme as fontes permitiram, nos restringimos à figura dos brancos, caboclos e mestiços pobres e livres que não vivenciaram diretamente a experiência de *ser escravo*.

Neste sentido, o sujeito da pesquisa atual, que ainda assim não é singular, desdobrando-se em outros, reflete muito as preocupações levantadas pelo Prof. Peter Eisenberg, no artigo fartamente citado e conhecido, “O homem esquecido” e que chama a atenção da historiografia para a importância de um estudo específico sobre esta camada da sociedade paulista imperial, como um caminho possível para o melhor entendimento da especificidade da transição para o trabalho livre nesta região.³ Sua proposta abrange os ex-escravos e ingênuos porém, preferi recortar ainda mais este universo tão fluído e amplo.

Percorrendo Campinas na segunda metade do Dezenove, quando as fazendas de café se expandiam, a ferrovia começava a tomar o lugar das tropas de mulas e a própria cidade diversificava suas atividades, serviços e abrigava rostos e sotaques cada vez mais distintos, cruzamos com brancos, caboclos e mestiços pobres e livres. Alguns eram moradores em terra alheia, muitas vezes denominados **agregados** e que além da moradia, tinham um lote de terra suficiente para plantar seus alimentos e ainda fazer “negócios” com os proprietários e vizinhos.⁴ Alguns tinham

2 Nos últimos anos diversas pessoas vêm se destacando no estudo do tema da escravidão e da vida dos libertos, em seus diversos níveis, após terem conquistado a sua liberdade. A família, a resistência numa relação intensa com atitudes de acomodação, as dessemelhantes formas de se lidar com a liberdade, a criminalidade, a mulher e a criança são apenas alguns exemplos deste esforço de revisitar a vida cotidiana dos libertos na segunda metade do Dezenove. Belíssimas dissertações e teses vêm sendo realizadas sobre este assunto no Dept^o de História da UNICAMP, merecendo destaque os trabalhos de Sílvia Lara, Sidney Chalhoub, Maria Helena P. T. Machado (USP), Manuela Carneiro da Cunha, João José Reis (UFBA), Eduardo Silva (Fundação Casa de Rui Barbosa), Maria Cristina Cortez Wissembach (USP), Regina Célia Xavier Freire, entre outros.

3 EISENBERG, Peter. L. O homem esquecido. O trabalhador livre nacional no século XIX. Sugestões para uma pesquisa. In: Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989, pp. 223-245.

4 Após a lei de terras de 1850, o papel e o lugar do agregado na sociedade cafeeira paulista foi redimensionado, tendo em vista a própria obrigatoriedade da demarcação judicial das posses ocupadas e a introdução da propriedade privada da terra. Segundo Lucila R. Brioschi, estudando o caso específico de Rio Pardo, por muito tempo as terras apossadas e já cultivadas permaneceram indivisas (p. 65). Geralmente os autores das Ações Divisórias e Demarcatórias eram posseiros com mais recursos, ficando difícil ao pequeno posseiro arcar com os custos de uma ação desta natureza. Neste sentido,

pequenas criações, como porcos, galinhas, patos, vacas e as vendiam ou trocavam nas suas práticas comerciais cotidianas, práticas estas que conviviam com a economia cafeeira mais ampla e que, constituídas e continuamente reconstituídas por traços e conteúdos específicos, forneciam a dimensão de um viver intensamente criativo e que superava o mero esforço para a obtenção do alimento.

Ao lado deste segmento havia os **pequenos lavradores sem escravos** donos de suas terras. Estes não se achavam numa situação tão vulnerável como os primeiros, porque não estavam submetidos diretamente aos grandes proprietários da região. Entretanto, foi a camada que mais sofreu com o recrutamento forçado para a Guarda Nacional, chegando a prejudicar o pequeno setor de abastecimento de gêneros alimentícios da cidade, pois, como disse um observador da época, *estes homens em grande parte não possuem escravos; trabalham com seus braços, a mesma população sente falta de todos os mantimentos que estes vendem na cidade.*⁵

Além destas duas camadas essencialmente rurais, havia um amplo segmento de trabalhadores livres bastante fluído e que vivia na sociedade campineira da época. Eram camaradas, pessoas que ora trabalhavam em serviços na fazenda, ora na cidade, empregados nas tropas, carpinteiros, enfim, um grupo bastante grande de pessoas da própria Campinas, de outras regiões da província paulista e mesmo de outras províncias. Estes últimos, a partir da década de 70, afluíram para Campinas em grande número. Eram mineiros, cariocas, nordestinos de diversas províncias que misturavam-se às pessoas da região e que, nos burburinhos das ruas e nos seus *fazeres* cotidianos, participaram do processo de transição para o trabalho livre na região, procurando dominar e contornar as limitações e exclusões que o avanço do novo sistema impunha.

Tendo em vista estes múltiplos sujeitos, não necessariamente despossuídos, mas pobres e desclassificados diante do padrão de riqueza existente na época, é possível recuperarmos suas possíveis e múltiplas atitudes perante o processo da transição para o trabalho livre em São Paulo. Se Peter Eisenberg (op. cit., 1989) e Marinho Azevedo (op. cit., 1987) propuseram resgatar a história destes sujeitos ou do **trabalhador nacional** a partir do entendimento da especificidade imigrantista paulista, é viável a possibilidade de entendimento desta historicidade a partir dos seus próprios sujeitos, ou seja, de como eles lidaram com este processo da transição. Ao invés de perseguir a idéia do **aproveitar** podemos seguir **fazer**.⁶

ficava à mercê dos mais poderosos. À princípio, parece que ainda faltam estudos sobre a condição do agregado após a lei de terras de 1850, principalmente no que diz respeito à redefinição de suas vidas e de suas relações com os outros sujeitos sociais aos quais conviviam. V. BRIOSCHI, Lucila R et al. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX. São Paulo, CERU, 1991.

5 Ofício enviado pelo comandante da Guarda de Campinas ao presidente da província de São Paulo. Ofícios Diversos de Campinas. APESP, ordem 853, 1849.

6 Maria Lúcia Lamounier vêm há algum tempo se dedicando ao estudo da questão da transição da escravidão para o trabalho livre (1830-1888), no Brasil e Cuba. Em suas

Marinho Azevedo no seu belíssimo trabalho sobre o negro nos discursos e debates dos emancipacionistas e abolicionistas, notou uma nítida contradição entre estes discursos e a prática, pois apesar da elite cafeeira sempre defender o emprego do trabalhador nacional e dos libertos nas lavouras de café paulistas, acabou adotando uma postura imigrantista a partir dos anos 80. Por que? - pergunta a autora. Peter Eisenberg, primeiramente, fez o mesmo tipo de questão, argumentando que não foi o número reduzido desta população de pobres livres, sua pretensa apatia, incapacidade ou falta de interesse para o trabalho, sua dispersão pelo país ou a solidez dos laços patrimoniais - que ligavam senhores e agregados - que obstaculizaram a sua presença mais acentuada no mercado de trabalho livre paulista, concluindo que uma pesquisa específica sobre este segmento o tiraria do anonimato e explicaria o porquê da vinda de tantos imigrantes para trabalharem nas fazendas de café.

De fato, somente uma investigação específica sobre este segmento poderá revelar as possibilidades da sua historicidade, mas a partir dela própria, ou seja, se continuarmos querendo entender a história destes sujeitos tendo como referencial a busca de explicação para a especificidade imigrantista paulista, estaremos novamente fazendo a história do imigrante europeu.

Focalizando as possíveis atitudes e opções do nacional livre em relação ao trabalho livre e remunerado que se definia na província paulista, resgatando a maneira dele vivenciar e lidar com este processo, podemos, por exemplo, dialogar com as figuras retóricas da **vadiagem, indolência e incapacidade**, repetidas incessantemente pelo discurso oficial numa maneira de estar entendendo e comunicando modos de ser, agir, pensar, acreditar e escolher. Podemos também conversar mais criticamente com a postura historiográfica que acredita que este segmento manteve-se à parte de todas estas transformações, **resistindo** em proletarianizar-se nas fazendas. Diante destas possibilidades, o trabalhador nacional livre ou o pobre livre da sociedade campineira cafeeira Oitocentista pode ser visto como parte da constante elaboração de estratégias de transição.

A vida, os costumes e os comportamentos do brasileiro pobre e livre das últimas décadas imperiais na província ensopam a fala dominante. À luz do trabalhador estrangeiro, estes aspectos são generalizados, omitidos e distorcidos, co-

pesquisas a autora vêm ressaltando os vários sistemas de trabalho experimentados, bem como as condições de escolha e atitudes dos plantadores de café e açúcar diante das alternativas disponíveis. Sistemas alternativos de trabalho e trabalhadores parecem ter constituído o núcleo do debate de instituição de uma maneira de "transição para o trabalho livre". As contribuições desta autora para o tema da transição paulista são fundamentais. Seus estudos orientaram os passos iniciais desta pesquisa, que acabou por tomar um rumo diferente na medida em que defrontávamos cada vez mais com atitudes que nos mostravam a forma como os pobres livres lidaram com o desenvolvimento das relações de trabalho livre na província paulista. Op. cit., nº 1.

municando um tipo de interpretação da vida e das atitudes do trabalhador pobre e livre brasileiro. No interior desta **maneira de entender e dizer** é possível encontramos **fazeres**, dotados de originalidade e racionalidade. Quando perguntamos por que o trabalhador nacional **não foi utilizado** nas lavouras de café paulistas ou no mercado de trabalho livre que se erguia ao poucos, ou porque optou-se pelo imigrante ao invés de se **aproveitá-los** não estaríamos compartilhando da forma como os cafeicultores e autoridades da época comunicavam e interpretavam este problema, muitas vezes silenciando atitudes e subalternizando a história dos nacionais livres na figura do imigrante?⁷

Tendo em vista somente o segmento dos **pequenos lavradores sem escravos**, o fato de se dedicarem a uma economia agrícola variada e de pequena escala, que não orientava-se apenas pelo manejo da enxada, mas pela dança das manifestações do tempo, coreografada pelo ritual mágico-religioso - ciclo agrícola -, talvez procurassem se empregar nas fazendas de café, nos momentos de maior demanda da produção, sob outras formas de relações contratuais, negociadas por eles mesmos com os fazendeiros, visando conciliar o ritmo das suas vidas com o tempo da fazenda e ao mesmo tempo estar em constante relação com o processo de mudanças que aconteciam na sua sociedade.

O próprio recrutamento para a Guarda Nacional, repentino e sempre sem avisos, também pode ter influenciado as atitudes dos pobres livres em relação às suas possibilidades de trabalho nas fazendas. O trabalho regular, sob contratos de trabalho que imprimiam sistematicidade e permanência num mesmo local de trabalho era um passo para a vulnerabilidade, pois aos guardas encarregados do recrutamento era mais fácil recrutar aqueles que todos os dias estavam no mesmo lugar, no mesmo horário e em grupo. Talvez neste fato esteja uma possível preferência dos pobres livres por contratos constantemente reelaborados no conteúdo das relações cotidianas com os proprietários, contratos estes baseados no descontínuo e no provisório.

Muitos trabalhadores pobres optaram em viver na sociedade da época em meio a vários expedientes, tanto na área rural como na incipiente área urbana, negociando fumo, ovos, carne das suas criações, fazendo consertos e serviços de car-

7 Um dos maiores problemas para o historiador ou o estudioso que se dedica à investigação das sociedades passadas em fontes históricas é a relação que se estabelece entre o seu horizonte de interpretação e entendimento e aquele que já está presente no documento escrito. A possibilidade de percebermos o conteúdo do documento enquanto maneira de comunicação, compreensão e familiarização de uma realidade múltipla e estranha nos permite perceber que aquilo que o texto diz não corresponde necessariamente ao que de fato acontece, sendo apenas uma forma de nomear uma realidade com a qual se convive e se relaciona cotidianamente. V. SPINK, Mary Jane (org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. SP, Ed. Brasiliense, 1993.

pintaria, inclusive “negociavam” o produto dos seus serviços com os fazendeiros, que se serviam fartamente deles. Além disso, havia toda uma série de práticas comuns ao cotidiano do povo miúdo, como os mutirões, as festas religiosas, os dias de não-trabalho. Diante destes aspectos da vida dos pobres livres como lidar com as novas relações de trabalho na província, re-criando a própria vida?

Transitando pelo interior da sua cotidianidade, percebemos que os pobres livres tiveram certas atitudes de resistência e interação no seu processo de experimentar a transição. Contrariamente às afirmações da historiografia e das fontes produzidas por fazendeiros e autoridades provinciais, os homens e mulheres pobres e livres, da sociedade campineira da segunda metade do século XIX, não viviam dispersos e isolados. Quando pequenos produtores, geralmente sem escravos, um dado segmento dos pobres livres, comumente designado por **caipiras, pequenos lavradores ou gente da paupérrima ou ainda gente da vadiice**, vivia em terras comuns e mantinha uma intensa relação social, comercial e de lazer entre si, com os fazendeiros, com a cidade e as autoridades.

Na sua diversidade, lidavam cotidianamente com as determinações oficiais, não recusando-as obstinadamente, mas procurando recriá-las no seu cotidiano, de forma a prosseguir com o seu processo de ser e vir-a-ser na sociedade da época, relacionando-se e interagindo com tais determinações, porém de forma criativa, ou seja, reordenando costumes e a sua própria cultura. Esta experiência de re-criar não visava a mera adaptação a um cotidiano específico, havia uma dinâmica mais profunda nesta atitude, de sempre estar redefinindo o viver e o relacionar-se com a sociedade e com outras camadas sociais.

Freqüentemente acumulavam uma série de tarefas no seu cotidiano de trabalho, tarefas estas remuneradas ou não, e ainda se empenhavam em serviços contratados nas propriedades.

É relevante levarmos em consideração a possibilidade do trabalhador nacional pobre e livre ter vivenciado e optado em experimentar o trabalho livre e remunerado nas fazendas através de contratos provisórios e que permitiam a descontinuidade, podendo, assim, trabalhar para outros, plantar para si, cuidar de suas criações, manter a dinâmica do seu processo de sociabilidade e continuar inventando o seu cotidiano através do exercício de múltiplas atividades, muitas vezes usufruídas pelos próprios fazendeiros.

Assim, a vadiagem, figura retórica constantemente presente no discurso oficial, poderia ser a opção pelo emprego provisório nos serviços das tropas e fazendas de café, ao invés de se comprometer a estar sistematicamente nas fazendas ou nas viagens de transporte de café e outras. Aqueles que tinham a possibilidade de plantar seus mantimentos também eram entendidos como indolentes, quando preferiam plantá-los e colhê-los a contentarem-se com os fornecimentos dos senhores. Participar de mutirões em socorro a um amigo mais atarefado, bem como fazer serviços remunerado para outros fazendeiros eram atitudes que também eram comunicadas sob o nome da vadiagem, da incapacidade e da postura refratária e preconceituosa em relação ao trabalho.

Vadio era também aquele que dançava e cantava à noite nos cateretês e batuques do Descampado ou de Vira-Copos, que bebia e conversava nas vendas, que jogava, que expressava aos fazendeiros o desejo de passar para um contrato com um tempo mais flexível ou pelo menos tentava negociar esta relação e quando exigia ajustes ou acerto de contas, era visto como oportunista e atrevido.

Os múltiplos expedientes urbanos, exercidos principalmente por migrantes nordestinos, mineiros e cariocas que diariamente chegavam em Campinas, a partir da década de 70 assustados e ávidos por começar uma vida nova e que coloriam o cenário das ruas e becos com seus serviços itinerantes e com o comércio ambulante, foram entendidos pela fala oficial como *vadios* e como tal tratados criminalmente. As inúmeras famílias de migrantes que tentavam re-inventar suas vidas a partir da rua eram vistas como pessoas sem profissão, hordas de vadios que tiravam o sossego público.

O nacional pobre e livre elaborou certas atitudes para lidar e se livrar do recrutamento forçado para a Guarda Nacional. Contratos provisórios tornava-o menos vulnerável, pois não o obrigava a estar diariamente no local do serviço contratado, mas apenas entregá-lo feito. Daí, talvez, a opção por estes tipos de contrato que, dada sua provisoriedade, deixavam condições aos pobres livres de continuamente re-inventarem o seu cotidiano. O fato concreto de ter de lidar com o recrutamento forçado para a guarda nacional refletiu suas atitudes em relação ao trabalho nas fazendas, na cidade e na sua própria roça.

Quando os fazendeiros diziam que os pobres livres eram vadios porque apenas trabalhavam quando queriam e de forma descontínua - é muito comum vermos nas fontes que eles não trabalhavam a semana toda ou que trabalhavam apenas dois dias e passavam o resto vadiando - na realidade eles estavam apenas expressando as formas destes últimos lidarem com as novas relações de trabalho que se constituíam na província, não se mantendo à parte delas e ao mesmo tempo redefinindo seus hábitos e costumes a partir deste processo de estar experimentando o novo.

O espaço urbano oferecia múltiplas possibilidades para se re-inventar a vida e os migrantes nacionais assim que chegavam à Campinas procuraram recriar aí o conteúdo das suas vidas. Carpinteiros, ferreiros, mágicos, lavadeiras, engomadeiras, doceiras, entre outros, confundiam-se nas ruelas de Campinas com o diversificado corpo de homens e mulheres cativos, libertos e de posses.

A profissão de guarda do corpo de permanentes e de urbanos atraiu muitos destes migrantes, que podem ter visto aí uma possibilidade imediata de ganhar a vida e de se colocar no mercado de trabalho. O conjunto dos **trabalhadores** e dos **serviços domésticos** comunicava uma série de fazeres realizados cotidianamente e que conciliavam o controle do próprio tempo, a realização de várias atividades - bicos - que aumentavam as possibilidades de ganhos.

Nas vendas, nos chafarizes, nos momentos lúdicos dos jogos e nas ruas da cidade, pobres livres e cativos cruzavam-se continuamente e conversavam, influenciavam-se mutuamente e foi nítida a preocupação das autoridades locais em conter esta **arte da conversação**. A partir dela muitos escravos se furtaram ou se rebelaram

ao mando de seus senhores. Em meio ao exercício desta **arte**, pobres livres experimentaram o próprio processo de desarticulação do sistema de trabalho escravista.

Recuperando o conteúdo das micro-attitudes do trabalhador nacional em relação ao processo de constituição das relações de trabalho livre na província poderemos não só estar rompendo com argumentos tradicionais que até o momento vêm caracterizando a sua história, como apontando um caminho interpretativo diferente.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- BRIOSCHI, Lucila R. et al. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais, séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- EISENBERG, Peter L. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX, sugestões para uma pesquisa. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.
- FREIRE, Regina Célia Xavier. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH - UNICAMP, 1993.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil: 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HALL, Michael M. *The origins of mass immigration In Brazil: 1871-1914*. Tese doutoramento, Washington: Columbia University, 1969.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1789, Campinas*. São Paulo: Papirus, 1988.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SPINK, Mary Jane (org). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultores: homens, mulheres e capital, 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930*. Trad. Thei de Almeida V. Bertorelli. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano di Cultura/Institutom Cultural Ítalo-Brasileiro, 1993.

ABSTRACT

The article searches to put forward the new way of the interpretation for the study of the development of the relations of the labour free in Campinas, among the years of the 1850-1888, have as at the start the person of the worker national, free and poor. Through of this study porsue possibles attitudes and choices of this segment in the yours process of the to deal with and to experience the changes print for the transition in the relations of the life and work.